



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 18/2013

Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim

Realizada em 13 de novembro de 2013

----- Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e treze, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo dos Santos Gonçalves, José Carlos da Palma Pereira, Paulo Jorge Cavaco Paulino, Dalila Manuela Costa Barros e José D'Assunção Pereira Galrito, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: ---

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Presidente pôs à discussão a ata n.º 17/2013, da reunião pública ordinária realizada no dia 28 de outubro de 2013, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a referida ata. -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º218) respeitante ao dia 12 de novembro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.719.348,67 (um milhão, setecentos e dezanove mil, trezentos e quarenta e oito euros e sessenta e sete cêntimos). -----

----- Operações Orçamentais - € 1.370.237,38 (um milhão, trezentos e setenta mil, duzentos e trinta e sete euros e trinta e oito cêntimos); -----

----- Operações Não Orçamentais - € 341.137,39 (trezentos e quarenta e um mil, cento e trinta e sete euros e trinta e nove). -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente questionou os membros se pretendiam usar a palavra antes da ordem do dia. --

----- A Senhora Vereadora Dalila Barros pediu a palavra para questionar o Senhor Presidente relativamente à propaganda da CDU que ainda se encontra afixada, às lombas nos Montes do Rio e ainda se já apuraram responsabilidades relativamente à falta de protocolo no dia da instalação dos órgãos municipais. -----

----- O Senhor Presidente respondeu que já contactaram os mandatários da CDU para retirarem os cartazes que se encontram afixados. Quanto às lombas nos Montes dos Rios informou que, após consulta ao Senhor Vereador José Galrito, iria ser colocada a sinalização na estrada. Quanto à responsabilidade do protocolo relativo aos convites refere que contactou o Presidente da Assembleia cessante, e nesse sentido, foi informado que não existiram convites formais a ninguém, pois o ato foi publicitado pelos canais oficiais. Referiu ainda que, considera este assunto encerrado. -----

----- O Senhor Vereador José Carlos Pereira solicitou a palavra para mostrar a sua indignação ao Senhor Presidente por não cumprir o Regimento da Câmara Municipal, pois não receberam os assuntos para a reunião atempadamente, conforme disposto no mesmo e aconselhou a consultarem a Lei n.º 24/98 que consagra o Estatuto do Direito de Oposição. -----

----- O Senhor Presidente informou que a situação foi pontual, pois os assuntos não foram distribuídos na sexta-feira, mas ficaram disponíveis na

segunda-feira. -----

----- O Senhor Vereador José Galrito pediu a palavra e dirigiu-se ainda ao Senhor Vereador José Carlos Pereira referindo que quando esteve na oposição, os assuntos nem sempre se encontravam disponíveis conforme desejado e não disse a ninguém para consultarem o Estatuto do Direito de Oposição. -----

----- O Senhor Vereador José Carlos Pereira pediu a palavra para questionar relativamente aos assuntos solicitados na reunião anterior quanto aos pareceres jurídicos que clarifiquem os impedimentos dos Eleitos Locais a participarem nas deliberações e quanto à clarificação da votação de dois terços da Câmara. -----

----- O Senhor Presidente responde que dois terços de cinco vereadores, são três vereadores, pelo que, não subsiste qualquer dúvida quanto à regra matemática e quanto este assunto não vai pedir parecer jurídico. Relativamente ao outro assunto dos impedimentos, irá determinar que seja redigido um pedido à Associação Nacional de Municípios Portugueses neste sentido. -----

----- O Senhor Vereador José Carlos Pereira pediu a palavra para questionar o Senhor presidente relativamente às datas constantes nos despachos de distribuição de pelouros. -----

----- Relativamente ao assunto, o Senhor presidente refere que existiu uma gralha aquando da elaboração do documento. -----

----- O Senhor Vereador José Carlos Pereira pediu a palavra para referir que quanto ao assunto dos despedimentos na Câmara, a responsabilidade não pode ser assacada ao anterior Executivo conforme referido às pessoas. -----

----- O Senhor Presidente referiu que quando tomou posse foi informado pelos serviços de que nessa data os contratos não podiam ser renovados pois tinham caducado. Referiu que não foram despedimentos, foram contratos que caducaram. Referiu ainda que pediu aconselhamento técnico jurídico para melhor resolução do assunto em questão e que já diligenciou medidas junto do IEFP para colocar estas pessoas a trabalhar para minimizar o efeito causado. -

----- O Senhor Vereador José Carlos Pereira refere que a culpa da não renovação dos contratos tem que ser dirigida ao atual Executivo porque

poderia ter feito mais do que foi feito e havia tempo para renovar esses contratos. Refere que poderia ter havido uma reunião extraordinária de Câmara e de Assembleia. -----

----- O Senhor Presidente refere que quando tomou posse a 15 de outubro, os contratos tinham caducado a 1 de outubro. -----

----- O Senhor Vereador Paulo Paulino questiona o Senhor Vereador José Carlos Pereira porque não diligenciou essas reuniões de Câmara e Assembleia atempadamente no decurso do mandato anterior. -----

----- O Senhor Presidente refere que quanto ao assunto deverá dar a palavra ao Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. -----

----- O Chefe de Divisão, Dr. João Dias refere que o assunto encontra-se documentado na Câmara e com Informação com base na legislação. Refere que a sustentação dessa Informação teve a auscultação da AMAL, ANMP e demais corpos jurídicos de outros Municípios. Referiu ainda que este assunto, para melhor apuramento das responsabilidades, quer para os técnicos da Câmara, quer para os Eleitos Locais, deverá ser denunciado à Inspeção Geral de Finanças, participado à Direção Geral da Administração Local e em sede de Tribunal Administrativo e Judicial, caso assim o entendam. -----

----- Não havendo mais intervenções sobre o assunto, o Senhor Presidente propôs a inclusão de um assunto não incluído na ordem do dia, para deliberação, dada a urgência do mesmo, nos termos do artigo 19.º do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- A proposta foi aceite por unanimidade. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **EMPREITADA DO C.M. – E.M. 507 – TROÇO PEREIRO / SANTA MARTA – Substituição de Caução:** Foi presente uma Informação do Serviço de Obras Municipais, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, para se proceder à substituição de caução referente à empreitada do C.M. – E.M- 507 – Troço Pereiro/Santa Marta, nos termos da informação técnica. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o reembolso à empresa José de Sousa Barra e Filhos, Lda., a importância de € 13.936,70 referente a 5% de reforço de caução. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **EMPREITADA DA E.M. 507 – TROÇO GIÕES / FARELOS / TESOURO / E.M. 124 – Substituição de Caução:** Foi presente uma Informação do Serviço de Obras Municipais, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, para se proceder à substituição de caução referente à empreitada da EM 507 – Troço Giões/Farelos/Tesouro/E.M. 124, nos termos da informação técnica. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o reembolso à empresa José de Sousa Barra e Filhos, Lda., a importância de € 17.496,60 referente a 5% de reforço de caução. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO DA E.N. 122.1 / E.N. 124 TROÇO ALCOUTIM / CORTE SERRANOS – 2.º FASE – MARTIM LONGO / CORTE SERRANOS – Adiantamento:** Foi presente uma Proposta do Senhor Presidente, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, referente ao assunto em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o adiantamento ao valor da Empreitada de Beneficiação da E.N. 122.1/E.N. 124: Troço Alcoutim – Corte Serranos – 2.º Fase – Martim Longo/Corte Serranos no montante de € 177.582,17. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM - 2014:** Foi presente uma Proposta do Senhor Presidente, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, pela qual propõe que a

Câmara delibere aprovar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2014 no percentual de 0,00%. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Proposta e submeter a mesma à Assembleia Municipal, nos termos do disposto da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **VISTORIA DE SALUBRIDADE A UM CANIL NA LOCALIDADE DE SANTA-JUSTA/MARTIM LONGO:** Foi presente uma Proposta do Senhor Presidente, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, pela qual propõe que a Câmara delibere notificar o proprietário da localização indiciada no Auto de Vistoria, para que tome as medidas relatadas no mesmo, no prazo de 90 dias. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Proposta. -----

----- A Senhora Vereadora Dalila Barros não participou na votação deste ponto, por se considerar impedida nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROGRAMA DE SAÚDE ORAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM:** Foi Presente uma Proposta do Senhor Presidente relativamente à atribuição de uma comparticipação financeira à Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim para fazer face a ao programa de saúde oral que apoia munícipes com baixos rendimentos. -----

----- Relativamente ao assunto o Senhor Vereador José Carlos Pereira solicitou a palavra referir que a Proposta apresentada devia ser instruída com uma Informação do Gabinete de Ação Social da Câmara que justifique o

montante a atribuir à Santa Casa da Misericórdia. -----

----- O Senhor Presidente propôs a retirada do assunto. -----

----- A proposta da retirada deste ponto foi aprovada por unanimidade ----

----- **COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO:** Foi presente uma Proposta do Senhor Presidente, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, para a constituição da Comissão Municipal de Trânsito, em consequência da instalação de novos órgãos municipais. -----

----- Colocado o assunto a votação, foi aprovado por unanimidade, eleger o Vereador José D'Assunção Galrito e o Vereador José Carlos Pereira em representação da Câmara Municipal para integrarem a Comissão Municipal de Trânsito. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ECONÓMICOS A FAMÍLIAS CARENCIADAS:** -----

----- **PROCESSO 10/2013:** Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, Saúde e Educação, referente ao assunto em epígrafe, cujo texto aqui se anexa à presente ata para todos os efeitos legais, referente à atribuição de um subsídio à Sra. Lucinda da Conceição no valor de € 600,00, residente em Martim Longo, para criação de condições habitabilidade, combate à pobreza e exclusão social, nos termos do art.º 5.º do capítulo II, do Regulamento para atribuição de apoios económicos a famílias carenciadas, do Município de Alcoutim. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores José Carlos Pereira e Dalila Barros, atribuir um subsídio no valor de € 600,00 (seiscentos euros). -----

----- Os Senhores Vereadores José Carlos Pereira e Dalila Barros apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

-----“*Ponto 8. Atribuição de Apoios Económicos a Famílias Carenciadas. Sra. Lucinda da Conceição. Proc.10/2013. Considerando que o processo não*

apresenta elementos suficientes que nos permitam concluir que se trata de uma família carenciada; Considerando que suscitam-nos dúvidas se a Câmara poderá, ao abrigo da legislação, financiar construir construções; Considerando que o agregado familiar tem um rendimento mensal de 256,79€; Considerando que deverá haver uma maior transparência, maior rigor e maior eficácia na atribuição de apoios sociais, para evitar injustiças; Abstivemo-nos. Alcoutim, 13 de novembro de 2013.” -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROCESSO 11/2013:** Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, Saúde e Educação, referente ao assunto em epígrafe, cujo texto aqui se anexa à presente ata para todos os efeitos legais, referente à atribuição de um subsídio à Sra. Maria Domingas no valor de € 2.000,00, residente em Cabaços, para apoio à saúde e combate à pobreza, nos termos do art.º 5.º do capítulo II, do Regulamento para atribuição de apoios económicos a famílias carenciadas, do Município de Alcoutim. -----

----- O Senhor Vereador José Carlos Pereira informou que a requerente no processo encontra-se no Lar e Centro de Dia de Alcoutim, pelo que, os critérios de atribuição de subsídio não fazem sentido. -----

----- O Senhor Presidente referiu que desconhecia essa informação e o requerimento tinha sido produzido em a 11 de julho de 2013, e nessa medida, concorda que não faz sentido a atribuição de apoio. Propõe a retirada do assunto da reunião. -----

----- A Câmara aprovou por unanimidade a retirada do ponto. -----

----- **PROCESSO 12/2013:** Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, Saúde e Educação, referente ao assunto em epígrafe, cujo texto aqui se anexa à presente ata para todos os efeitos legais, referente à atribuição de um subsídio ao Sr. José Domingos Teixeira no valor de € 2.000,00, residente em Martim Longo, para criação de acessibilidades, quebra de barreiras arquitetónicas e aquisição de equipamento adaptado, nos termos do art.º 5.º do capítulo II, do Regulamento para atribuição de apoios económicos a famílias carenciadas, do Município de Alcoutim. -----

----- O Senhor Vereador José Carlos Pereira referiu que o critério na atribuição de apoio não é justo, pois o requerente possui um rendimento mensal superior ao montante equivalente à remuneração mínima nacional e existem trabalhadores da autarquia com remuneração mais baixa ou igual e não recebem estes apoios. -----

----- O Senhor Presidente informa que não coloca em causa a instrução do procedimento que deve com certeza incluir outros fatores, contudo, propõe a retirada deste ponto para melhores esclarecimentos. -----

A Câmara aprovou por unanimidade a retirada do ponto. -----

-----**PROCESSO 13/2013:** Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, Saúde e Educação, referente ao assunto em epígrafe, cujo texto aqui se anexa à presente ata para todos os efeitos legais, referente à atribuição de um subsídio ao Sr. Virgílio Teixeira Neto no valor de € 2.000,00, residente em Vaqueiros, para criação de condições habitabilidade, combate à pobreza e exclusão social, nos termos do art.º 5.º do capítulo II, do Regulamento para atribuição de apoios económicos a famílias carenciadas, do Município de Alcoutim. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores José Carlos Pereira e Dalila Barros, atribuir um subsídio no valor de € 2.000,00 (dois mil euros). -----

----- Os Senhores Vereadores José Carlos Pereira e Dalila Barros apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

-----*“Ponto 8. Atribuição de Apoios Económicos a Famílias Carenciadas. Sra. Lucinda da Conceição. Proc.13/2013. Considerando que o processo não apresenta elementos suficientes que nos permitam concluir que se trata de uma família carenciada; Considerando que suscitam-nos dúvidas se a Câmara poderá, ao abrigo da legislação, financiar construir construções; Considerando que o agregado familiar tem um rendimento mensal de 682,27€, superior ao vencimento mínimo auferido por muitas famílias deste concelho; Considerando que deverá haver uma maior transparência, maior rigor e*

maior eficácia na atribuição de apoios sociais, para evitar injustiças; Abstivemo-nos. Alcoutim, 13 de novembro de 2013.” -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **DESIGNAÇÃO DOS ELEMENTOS PARA A ASSEMBLEIA**

GERAL DA ODIANA: Foi presente uma Proposta do Senhor Presidente, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, em consequência da instalação de novos órgãos municipais, propõe, ao abrigo do disposto na alínea oo) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e conjugado com o artigo 15.º dos Estatutos da Odiana – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana, que os 5 elementos do Município a integrar a respetiva Assembleia Geral da associação, são os respetivos presidentes dos órgãos e 3 vereadores da Câmara Municipal, constituída pelos seguintes elementos: António da Costa Amorim – Presidente da Assembleia Municipal; Osvaldo dos Santos Gonçalves – Presidente da Câmara Municipal; Paulo Jorge Cavaco Paulino – Vereador; José D’Assunção Pereira Galrito – Vereador; José Carlos da Palama Pereira - Vereador; -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Senhor Presidente. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA/SANTA CASA DA**

MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM: Foi presente uma Proposta do Senhor Presidente, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, pela qual propõe a atribuição de uma comparticipação financeira no montante de € 4 364,83 à Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim para apoio da manutenção das instalações das emissões televisivas em zonas de fraco sinal para algumas povoações no Concelho de Alcoutim. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a comparticipação financeira no montante de € 4 364,83 à Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, pelas doze horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, João Dias, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente

O Secretário